

HISTÓRIA, NARRATIVIDADE E MEMÓRIA

Rogério Lustosa VICTOR*

RESUMO

A preocupação principal deste artigo é discutir, a partir da incorporação da categoria da narrativa às preocupações dos historiadores, as relações existentes entre a história, a memória e a narrativa. Esta discussão procura dimensionar a desconfiança da história no que concerne a outras formas de representação do passado – no caso, as representações da memória –, mas já no contexto da crise dos paradigmas da modernidade, quando a discussão da categoria da narrativa na história a fez repensar algumas de suas pretensões científicas.

Jorge Luis Borges, no conto *Tlön, Uqbar, Orbis Tertius* desenvolve uma discussão acerca do passado a qual é sempre um desafio para o historiador: o passado é uma narrativa do presente? É apenas lembrança presente?

No conto, as escolas de Tlön (planeta inventado na América) debatem “os pretéritos” e uma delas

chega a negar o tempo: argumenta que o presente é indefinido, que o futuro não tem realidade senão como esperança presente, que o passado não tem realidade senão como lembrança presente. Outra escola declara que transcorreu já todo o tempo e que nossa vida é apenas a

* Mestrando em história na UFG.

lembrança ou reflexo crepuscular, e sem dúvida falseado e mutilado, de um processo irrecuperável (2001, p. 40-41).

Obviamente, a história não chega ao fantástico, negando o tempo, nem concebe o passado como lembrança presente.

Como a história se relaciona então com o tempo? A estrutura textual da história é categoria que a coloca diante do passado como processo irrecuperável? E a memória é falseadora e mutiladora do passado? Discutiremos aqui, brevemente, algumas questões referentes a essas problemáticas.

Um primeiro problema seria, então, a relação do historiador com seu objeto, o tempo passado. Podem-se destacar aqui duas concepções da história.

De um lado, a nominalista, oriunda das reflexões chamadas pós-modernas, que incluiria nesse debate a categoria da narratividade. Esta vertente vê o passado como inatingível. Nesse caminho, o sentido que o discurso historiográfico produz é percebido como oriundo das categorias da narratividade e não consegue expressar senão o presente. Se uma das escolas de Tlön fala do passado como lembrança presente, os nominalistas falam do passado como sonho presente.

De outro lado, a concepção realista considera o passado como um real que é possível restaurar. A objetividade na relação do historiador com o passado existe em função do princípio metódico da pesquisa. Essa visão, oriunda da racionalização modernizadora, ao menos no que concerne à escola dos *Annales*, rejeita a história narrativa.

Assiste-se, portanto, ao historiador renunciar à narrativa, tida como uma história estreitamente ligada aos acontecimentos (história historicizante) e proclamar a condução da história para o lado da ciência.

Entretanto, a categoria propriamente dita da narrativa, da escrita da história não foi problematizada. Somente nos anos 60, a partir da crescente importância da lingüística nos meios acadêmicos, é que a história será vista como texto e, assim, coloca-se que rejeitar o acontecimento e buscar a longa duração (como preconizou a escola braudeliana) não significa abandonar a estrutura narrativa da história.

Georges Duby (1989, p.42), ao argumentar que “não se pode imaginar uma história totalmente sonhada”, parece se situar na tendência mais corrente da historiografia atual, qual seja, a de empregar, de forma consciente, meios literários, desvinculando-se dessas epistemologias realistas, mas, ao mesmo tempo, se se faz uma história como sonho presente, condiciona-se o sonho do historiador às pretensões de veracidade, sustentadas pelo rigor acadêmico e pela erudição. É o que Duby chama de nominalismo bem temperado.

Fica claro, portanto, que o princípio da narrativa acarretou uma mudança no discurso moderno sobre a história, pondo em crise, inclusive, sua pretensão de racionalidade. Se a história se distancia do empirismo ingênuo com a absolutização da verdade, por outro lado, ela não se aproxima das vertentes anunciadas pelos pós-modernos, nas quais a história seria negada toda pretensão de objetividade científica.

Como conciliar então a limitação meta-histórica da narrativa como princípio do pensamento histórico, que dificulta qualquer objetividade científica na representação do passado como história, com as atitudes e procedimentos acadêmicos bem estabelecidos dos historiadores tradicionais, com a pretensão de objetividade?

Jörn Rüsen (2001), em seus pertinentes estudos acerca da razão histórica, nos aproxima da possibilidade de superar tal ambigüidade:

Como não existe uma racionalidade única, mas sim diversos tipos de racionalidade, trata-se agora de desenvolver um tipo de racionalidade da constituição histórica de sentido na forma de um paradigma que resista à crítica feita à racionalidade até agora dominante no pensamento histórico moderno e que se exprima em pretensões convincentes de racionalidade. (p.169)

Um segundo problema seria o da relação entre a memória e a história.

Tangenciando uma vez mais a literatura, tem-se na obra *Cem Anos*

de Solidão, de Gabriel García Márquez (1998, p. 293-294), um personagem, José Arcadio Segundo, como único sobrevivente de um massacre promovido pelo exército aos funcionários – em greve – de uma companhia bananeira.

Ao retornar à cidade de Macondo, onde havia ocorrido o massacre no dia anterior, José Arcadio Segundo entra em uma cozinha “atraído pelo cheiro de café” e aí estabelece um primeiro diálogo:

– Deviam ser uns três mil – murmurou.

– O quê?

– Os mortos – esclareceu ele. – Deviam ser todos que estavam na estação.

A mulher mediu-o com um olhar de pena. “Aqui não houve mortos”, disse. (...) Em três cozinhas onde se deteve José Arcadio Segundo antes de chegar em casa lhe disseram a mesma coisa: “não houve mortos”.

A versão oficial, mil vezes repetida e repisada em todo o país por quanto meio de divulgação o governo encontrou ao seu alcance, terminou por se impor: não houve mortos, os trabalhadores satisfeitos tinham voltado para o seio das suas famílias (1998).

O texto de Gabriel García Márquez mostra uma memória que se constrói a partir de discursos sucessivos e, nesse aspecto, há uma convergência com os estudos recentes acerca da memória. Esta é vista como um refazer e não um reviver, ela é construída através de narrativas sucessivas, discursos produzidos num contexto social determinado.

Jacques Le Goff (1996) coloca que:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades

históricas. Os esquecimentos e os silêncios da História são mecanismos de manipulação da memória coletiva (p.426).

No episódio ocorrido em Macondo, percebe-se uma das facetas da memória coletiva: ela é um veículo de poder. Poder de criar e de refazer. Portanto, sobretudo um princípio ativo e não “um manancial de sobrevivências vestigiais” (Guarinello, 1994, p. 187).

Maurice Halbwachs, em seus estudos sobre a memória, rompe com a visão bergsoniana da lembrança enquanto conservação do passado tal como foi, introduzindo a idéia de memória enquanto trabalho, enquanto refazer contínuo.

Essa memória-trabalho está ancorada no grupo e a linguagem, com os dados coletivos que ela traz, é o seu instrumento socializador. Halbwachs enfatiza, então, a importância da memória coletiva para reforçar a coesão social. Ao fazê-lo, destaca a adesão afetiva ao grupo, através da família, igreja, amigos etc.

Entretanto, voltando a Macondo, observa-se a construção da memória e o seu papel de coesão social, não pela adesão afetiva ao grupo, e sim pela coerção.

Com Michael Pollak (1989, p. 03), pode-se dizer, numa perspectiva construtivista, que não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas – como na tradição metodológica durkheimiana seguida por Halbwachs – mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.

Pollak, ao contrário de Halbwachs, acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva.

A história, por sua vez, opor-se-á em tudo à memória. Buscando os vestígios, as “pistas infinitesimais”, o historiador descobrirá o massacre em Macondo e representará o passado num confronto com a memória, apontando os esquecimentos produzidos pelos interesses particulares (no caso, as redes de poder relacionadas à companhia bananeira).

Essa tensão entre memória e história foi muito bem percebida por Norberto Luiz Guarinello. Para ele,

Quando a história se tornou uma disciplina científica, no século passado, essa oposição foi um dos fundamentos de sua constituição como uma ciência pautada pela medida da verdade e capaz, como se julgava então, de apreender a verdade objetivamente. A fundação mesma da história como ciência carregava em si uma condenação da memória espontânea da sociedade, desautorizada como ideologia, como senso comum, como falsa consciência, cujas verdades seriam verdades impuras, contaminadas pelos interesses dos agentes sociais (1984, p.182).

Entretanto, já não nos é possível pensar a história nesses termos. A reflexão historiográfica impôs a subjetividade como inerente ao trabalho do historiador. Cada época propõe novos problemas, novas preocupações, novas representações do passado. Cada indivíduo-historiador possui uma posição na sociedade, a qual – malgrado todo o rigor metodológico – produz no olhar uma certa miopia.

O que não nos é mais possível, então, é considerar a oposição entre a história e a memória em termos tão nítidos: a história como a fonte de conhecimento legítimo quanto às representações do passado, capaz de descobrir as mais sinistras maquinações da memória para encobrir o verdadeiro passado.

Por outro lado, ao “incluir” categorias como subjetividade e narrativa na disciplina histórica, não se afirma um caráter irracional do conhecimento histórico e, também, não se insere a história num espaço em que ela se confundiria com a memória.

Tem-se uma relação imbricada entre história e memória, mas mantendo, cada uma, suas singularidades.

Buscando essas singularidades em Halbwachs, pode-se afirmar que a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma conti-

nuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. A história, por sua vez, é um quadro de mudanças em que a seqüência dos acontecimentos se apresenta marcada por descontinuidades. A história não hesita em introduzir divisões simples na corrente dos fatos.

Ainda com Halbwachs, pode-se dizer que a memória coletiva é o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, enquanto a história examina os grupos de fora e abrange uma duração bastante longa.

Pierre Nora (1986) acrescenta:

A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer (...) que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal (p.09).

Apesar das singularidades apontadas, a imbricada relação entre a história e a memória pode se situar além do que se imagina *a priori*.

Pierre Nora coloca que a memória verdadeira está hoje “abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos” (Idem, p.14).

É mais que conhecida no meio acadêmico a importância do *savoir-faire* para os historiadores, tão pouco inclinados às teorias. Georges Duby (1989), no diálogo com Guy Lardreau, reafirma explicitamente esta situação:

Você é filósofo, eu sou historiador; não tenho muito gosto pelas teorias; o meu ofício, faça-o, e não reflito por aí além sobre ele. Penso que temos de partir do concreto, da maneira de fazer, de trabalhar na oficina (p. 36).

Carlo Ginzburg, em seu “Método Indiciário”, afirma que, por milênios, o homem foi caçador, aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, esterco; aprendeu a farejar, a interpretar e classificar pistas infinitesimais. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse conhecimento cognoscivo. O método do historiador, como o do caçador, partiria daqui: dos indícios, dos sinais, “da capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (Ginzburg, 2002, p.152).

Para Carlo Ginzburg,

O rigor flexível (se nos for permitido o oxímoro) do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. (...) Suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição (Idem, p.179).

Pois bem, afirmamos que existe uma memória – que Nora (1986) chama de “memória verdadeira” – que está nos “saberes do corpo” e nos “saberes reflexos” e, também, que o *savoir-faire* do historiador, segundo Ginzburg, advém de elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.

Concluiríamos aqui o nosso texto com a seguinte questão concernente ao imbricamento memória-história: não estaria o próprio método do historiador mergulhado na mais imponderável – e, portanto, mais verdadeira – memória, a memória longínqua do caçador?

ABSTRACT

VICTOR, Rogério Lustosa. History, Narrativity and Memory. *Temporis(Ação)*, Goiás, v.1, n.7, Jan/Dez 2003.

The main goal of this article is to discuss the connections between history, memory and narrative from the incorporation of the narrative category to the historian worries. The

discussion intends to reflect on the distrust of History when it comes to other ways of past representation – especially memory representations – having in mind the crisis of the modernity paradigms, when the discussion of narrative category in History led us to think about scientific intentions.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. 3ª edição, São Paulo: Globo, 2001.

DUBY, Georges; LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Ed. Publicações Dom Quixote, 1989.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Cem anos de solidão*. 45ª edição, Rio de Janeiro: Record, 1998.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. In: *Revista Brasileira de História: Espaço Plural*. São Paulo: ANPUH: Marco Zero, 1994, vol.14, nº 28, p.180-193.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª edição, Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Trad. Yara Aun Houry. Paris: Gallimard, v.1, 1986.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n.3. São Paulo: Edições Vértice, 1989.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teorias da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília, Ed. UnB, 2001.